

O EPISCOPADO BRASILEIRO E O ESPAÇO DO PODER: UMA CULTURA ECLESIAÍSTICA EM MUTAÇÃO

Ernesto Seidl
Wheriston Neris

RESUMO

O trabalho explora as transformações dos mecanismos de legitimação do alto clero católico brasileiro nas últimas cinco décadas. Para tanto, parte de informações biográficas sobre os bispos (em exercício ou eméritos) no país e sobre aqueles que compuseram as presidências da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde sua fundação. O estudo privilegia dados relativos a seus itinerários sociais e profissionais, com destaque aos recursos escolares e culturais acumulados e à composição de carreiras religiosas, com vistas a: a) realização de um exame morfológico sincrônico do episcopado brasileiro na atualidade; b) análise diacrônica dos padrões de recrutamento para os postos centrais da CNBB. Os resultados apontam uma redefinição dos mecanismos de legitimação da alta esfera católica, com maior exigência de competências culturais diversificadas, sobretudo de recursos e experiências escolares obtidos no exterior.

PALAVRAS-CHAVE

Igreja Católica. Episcopado. Espaço do poder. Carreiras religiosas

ABSTRACT

This work is focused on the changes undergone by the legitimating mechanisms of the Brazilian Catholic high clergy in the last five decades. It is mostly based on biographical information on the bishops (in charge or retired) and on those who composed the presidencies of the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB) since its foundation. The study focuses on data related to their social background and professional itineraries, especially on the cultural resources they accumulated throughout their religious careers. Two main axes of analysis were pursued a) a synchronous morphologic analysis of the Brazilian Bishops at present; b) a diachronic analysis of the patterns of recruitment to the main post at the CNBB. The results point out an ongoing redefinition of the legitimating mechanisms of the Catholic high sphere, in which more diversified cultural skills – mainly experiences and training abroad – are requested.

KEYWORDS

Catholic Church. Bishops. Field of power. Religious careers

1 Introdução

O fenômeno do aumento nos investimentos em recursos culturais e escolares valorizados e diversificados como requisito para ocupação de postos dirigentes não é apanágio de alguns grupos e ocorre em escala mundial¹. No que concerne à esfera católica, a imposição de uma competência religiosa progressivamente baseada na competência escolar, ou intelectual, configura sem dúvida uma das dimensões mais centrais dos mecanismos de regulação do espaço católico. A intensificação considerável na obtenção de diplomas acadêmicos por agentes religiosos como base para ocupação de cargos superiores - implicando a realização de percursos escolares mais longos - é perceptível, sobretudo, entre os membros do episcopado. Ela faz ver com clareza o espaço conferido à cultura escolarmente legitimada dentro dos instrumentos de adaptação da Igreja a públicos mais urbanos e escolarizados e a novas tomadas de posição institucionais. Não apenas a expansão da oferta de formação religiosa, mas também a diversificação do tipo de qualificação e das formas de saber, com destaque à incorporação de áreas “não-tradicionais” da teologia e uma variedade de disciplinas “profanas”, apontam para essa direção.

Ao mesmo tempo em que diversas outras temáticas religiosas adquiriram relevo entre os trunfos acadêmicos valorizados na ascensão profissional - sagrada escritura, catequese, espiritualidade, história

eclesiástica, pastoral -, também uma pluralidade de áreas profanas do saber, praticamente ausentes dos percursos escolares dos sacerdotes episcopáveis antes dos anos 70, passaram a integrar a composição de carreiras religiosas bem sucedidas. Como previsto, predominam diplomas de licenciatura nas áreas de “humanidades”, com destaque, ao lado dos cursos de Direito e Letras, àqueles relacionados a atividades da esfera escolar, tais como Educação e Pedagogia, adquiridos majoritariamente em faculdades católicas pouco tempo após a ordenação sacerdotal. Em menor quantidade figuram igualmente diplomas em disciplinas das ciências exatas e biológicas ou correlatas (Agronomia, Química, Matemática, Demografia, Economia), embora raramente haja indicações de uso específico desses recursos ao longo dos trajetos sociais de seus detentores.

Uma das consequências de maior visibilidade e importância da centralidade adquirida pelo saber escolar sobre as formas de dominação simbólica da Igreja foi justamente uma redefinição nos modos de exercício da autoridade religiosa, percebida com mais intensidade no âmbito das funções “intelectuais”. Na esteira de Vaticano II, a readequação dos instrumentos pedagógicos religiosos através da aproximação com a esfera de produção de conhecimento científico, notadamente faculdades e universidades, marcou em definitivo o deslocamento do espaço de reprodução intelectual do corpo religioso das instituições escolares consagradas (de formato “rural”, “fechadas”),

1. Entre vários estudos, destacamos Bourdieu (1989), Bauer e Bertin-Mourot (1997), Saint Martin (2001), Suleiman (1997) e Wagner (1998) para o caso das elites política, administrativa e empresarial na França e outros países europeus, e os trabalhos de Coradini (2002), Garcia e Canedo (2004-2005), Grill (2007), Grün (2004), Loureiro (1998), Almeida e Nogueira (2004), Seidl (2003; 2009) e Reis e Grill (2008), igualmente para diversos grupos e frações dirigentes no Brasil.

para ambientes muito pouco diferenciados do mundo escolar leigo.

Diante disso, e inscrita numa série de discussões e pesquisas, parte das quais ainda em curso, acerca das transformações históricas do espaço católico dentro do campo do poder (BOURDIEU; SAINT MARTIN, 1982; MICELI, 1988; SEIDL, 2003, 2007, 2009; GRIGNON, 1977; NERIS, 2009), a exploração sociológica da redefinição das estratégias de legitimação do episcopado concentra-se, neste trabalho, nas intersecções e efeitos da aquisição de novos e mais diversificados recursos escolares e culturais inter-

nacionalizados sobre os trajetos dos agentes que ocupam posições dominantes nesse grupo. Para tanto, a partir de informações biográficas relativas aos bispos brasileiros em exercício e daqueles que compuseram as presidências da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros²(CNBB) desde sua fundação, o estudo que segue busca combinar dois níveis de análise: a) a realização de uma sociografia do episcopado brasileiro na atualidade a partir de informações recolhidas junto à CNBB³; b) a análise diacrônica dos perfis de recrutamento para os postos de direção nacional da Conferência.

2. Criada em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos constitui uma espécie de setor intermédio na macro-estrutura da hierarquia oficial católica, tendo acima de si o Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) e a Santa Sé e abaixo, as Arquidioceses, Dioceses e Paróquias. As circunscrições eclesiais do Brasil estão organizadas em regiões episcopais, os quais possuem os seus conselhos regionais: a) Região Norte 1 (Amazonas e Roraima); b) Regional Norte 2 (Pará); c) Regional Nordeste 1 (Ceará); d) Regional Nordeste 2 (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas); e) Regional Nordeste 3 (Bahia e Sergipe); f) Regional Nordeste 4 (Piauí); g) Regional Nordeste 5 (Maranhão); h) Regional Leste 1 (Rio de Janeiro); i) Regional Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo); j) Regional Sul 1 (São Paulo); l) Regional Sul 2 (Paraná); m) Regional Sul 3 (Rio Grande do Sul); n) Regional Sul 4 (Santa Catarina); o) Regional Centro-Oeste (Goiás, DF, Tocantins); p) Regional Oeste 1 (Mato Grosso do Sul); q) Regional Oeste 2 (Mato Grosso); r) Regional Nordeste (Rondônia, Acre e Amazonas); s) Circunscrições eclesiais pessoais.

3. Constituindo um amplo repertório de informações biográficas dependente das lógicas e objetivos de apresentação e consagração dos representantes da cúpula da Igreja Católica, o banco de dados da CNBB contém informações de interesse sobre o episcopado (“arcebispos”, bispos “titulares”, “eparcas”, “coadjutores”, “auxiliares” e “eméritos”). Estas foram complementadas com pesquisas em outras fontes produzidas pela Igreja, acervos documentais e sites na internet. O tratamento destes dados mais gerais desdobra-se em dois planos: (I) um enfoque centrado sobre o exame dos trajetos sociais e profissionais dos 443 casos selecionados, dos quais foram privilegiadas variáveis relativas ao país, ano e local de nascimento; aos espaços de escolarização religiosa (passagem ou não por seminário entre o 1º e 2º Grau); aos anos de ordenação sacerdotal, episcopal e às médias diacrônicas entre as mesmas; ao tipo de vinculação religiosa; à passagem ou não por funções paroquiais; ao exercício da função docente e/ou passagem por funções de direção/reitoria de seminários, faculdades católicas ou profanas; em outro plano (II), a pesquisa concentrou-se sobre o exame do perfil de estudos dos bispos nascidos no Brasil, abordando os estudos básicos de filosofia e teologia - lugar de realização, região de origem e país de destino, bem como demais modalidades de cursos obtidos pós-ordenação e suas respectivas áreas de estudo: Doutorado, Mestrado, Especialização (quando mencionado pós-graduação ou especialização); “Graduação/Licenciatura e/ou Bacharelado” (quando mencionados expressamente no referido campo) e cursos sem especificação (os quais podem incluir agentes com formação nos demais níveis).

2 Elementos históricos para uma sociografia do episcopado brasileiro

Até o rompimento com a condição histórica de corporação subsidiada do Estado, a condição ambígua da instituição eclesial in-corria na ausência de uma *cultura organizacional* dotada de procedimentos uniformes e autônomos de gestão e estilo homogêneo de comando. A deterioração do relacionamento simbiótico entre o Estado e a Igreja, do qual esta retirava parte de seu prestígio e status social, colocou nas mãos dos prelados a tarefa urgente de definir outra moldura organizacional que favorecesse a autonomia material, institucional e doutrinária (MICELI, 1988). Frente à necessidade de assumir uma nova legitimidade institucional, o processo de expansão organizacional da Igreja traduziu-se não somente pela diversificação das estratégias de afirmação, como também por uma impressionante ampliação da estrutura de postos e carreiras que compõem o espaço católico⁴.

A evolução das relações entre o corpo sacerdotal, a diversificação e a intensificação das disputas no mercado de trabalho religioso e as transformações correlativas no espaço social e na estrutura do campo do poder no Brasil traduziram-se em diversas modificações, tanto na imagem social dos bispos quanto na composição e morfologia do episcopado. Sem pretender abranger todas essas mutações, o recurso à comparação diacrônica entre algumas das propriedades do episcopado na atualida-

de com as da alta hierarquia na República Velha (MICELI, 1988) permite visualizar algumas dessas transformações e/ou permanências.

Em primeiro lugar, enquanto que outrora os prelados eram originários quase que exclusivamente do Brasil, a presença de estrangeiros sendo tecnicamente inexpressiva (apenas dois, nascidos em Portugal e Alemanha), na atualidade esse quadro encontra-se sensivelmente alterado. Ao combinar o ano de nascimento com o país de origem dos 443 casos examinados (todos nascidos entre 1914 e 1964), verifica-se que os nascidos no estrangeiro compõem nada menos que 1/4 do episcopado nacional (115 de 443 com informações disponíveis). Entre estes, predominam os nascidos na Itália (11,28% de 443 com informações disponíveis), seguidos à distância pelos espanhóis (2,93%) e alemães (2,48%) - sendo bastante reduzido o número de prelados oriundos de outras nações.

O fluxo constante de estrangeiros com destino ao Brasil, especialmente de italianos, fornece uma ideia do tipo de mobilidade internacional de agentes e de importação de modelos que paulatinamente foi impondo-se, inicialmente via romanização, no seio do episcopado nacional. De fato, anteriormente à chegada desses agentes ao Brasil por volta das décadas de 50-60, os representantes de cúpula da instituição em plano nacional já promoviam a vinda frequente de estrangeiros (especialmente através das ordens) como estratégia de criação de uma Igreja renovada

4. Exemplo disso, a comparação entre a quantidade de circunscrições eclesiásticas existentes na República Velha revela que de 90 circunscrições (entre dioceses [69], prelazias [18] e prefeituras apostólicas [3]), passou-se a 272, conforme dados de 2009 (entre as quais, 41 Arquidioceses; 211 Dioceses; 3 Eparquias; 13 Prelazias; 1 Exarcado; 1 Ordinariato para fiéis de rito oriental sem ordinário próprio; 1 Ordinariato Militar e 1 Administração apostólica pessoal).

frente à herança da Igreja colonial e à crise de vocações sacerdotais. Não estranha, pois, como lembra Della Cava (1975), que nesse perí-

odo Roger Bastide estigmatizasse a romanização como um processo de desnacionalização da Igreja Brasileira.

Quadro 1

Ano de Nascimento e País de Origem

PAÍSES	1914-1924	1925-1934	1935-1944	1945-1954	1955-1964	Total (%)
BRASIL	22	95	75	88	48	328 (74,04%)
ITALIA	7	8	14	20	1	50 (11,28%)
ESPAÑHA	-	3	5	5	-	13 (2,93%)
ALEMANHA	1	3	6	-	1	11 (2,48%)
PORTUGAL	1	1	3	1	-	6 (1,35%)
EUA	1	3	1	-	-	5 (1,12%)
POLÔNIA	-	1	1	3	-	5 (1,12%)
BELGICA	-	-	2	1	1	4 (0,90%)
FRANÇA	-	-	2	-	1	3 (0,67%)
LIBANO	-	1	1	-	1	3 (0,67%)
AUSTRIA	-	-	2	-	-	2 (0,45%)
HOLANDA	-	1	1	-	-	2 (0,45%)
MALTA	-	1	-	1	-	2 (0,45%)
SUIÇA	-	1	1	-	-	2 (0,45%)
AUSTRÁLIA	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
CHINA	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
EGITO	1	-	-	-	-	1 (0,22%)
IRLANDA	-	-	-	1	-	1 (0,22%)
MÉXICO	-	1	-	-	-	1 (0,22%)
PARAGUAY	-	-	1	-	-	1 (0,22%)
URUGUAI	-	-	-	1	-	1 (0,22%)
Total (%)	33 (7,44%)	119 (26,86%)	117 (26,41%)	121 (27,31%)	53 (11,96%)	443

Fonte: CNBB, 2009.

Em sentido semelhante, ainda que na atualidade se possa falar em um predomínio do pólo hierárquico na composição do episcopado, caso dos diocesanos, houve substancial incremento de prelados oriundos do clero religioso. Enquanto que entre os 79 bispos da alta hierarquia analisados por Sérgio Miceli (1988, p. 82), apenas 12 (15%)

provinham de ordens, hoje esse percentual aumentou para quase 50% (202 prelados). Assim, ao lado dos 54% bispos de origem secular (241 de 443), encontra-se uma diversidade notória de altos representantes recrutados em congregações religiosas - nada menos que 55.

Quadro 2

Tipo de vinculação dos bispos

Vinculação	Frequência	Percentual
DIOCESANO (241);	241	54%
OFM (25); SDB (24); OFM ^{Cap} (23); CSSR (10); SCJ (9); CSS (8); OCarm (6); CM (5); CSSp (5); OAR (5); OFM ^{Conv} (5); OSB (4); SJ (4); CS (3); IMC (3); OSBM (3); PIME (3); SAC (3); SSS (3); SVD (3); CP (2); DC (2); FDP (2); MSC (2); MSF (2); Ocist (2); OdasM (2); OP (2); OPraem (2); OSJ (2); OSM (2); PSDP (2); SDN (2); AA (1); CFM (1); CPPS (1); CR (1); CRL (1); CRSP (1); CS (1); CSF (1); FAM (1); ICM (1); MCCJ (1); MSP (1); OAD (1); OLM (1); OP (1); SdC (1); SDM (1); SDS (1); SDV (1); SPS (1); SSCC (1); TOR (1).	202	46%

Fonte: CNBB, 2009.

A classificação efetuada entre os bispos nascidos no Brasil (74,04% de 443 com informações disponíveis) conforme o ano, a região e o estado de nascimento permite assinalar outra alteração significativa. Enquanto que na elite eclesiástica do início do século passado havia predominância de bispos originários de estados nordestinos (cerca de 50%), seguidos pelos 20% nascidos e educados em Minas Gerais, 14% de São Paulo e 14% dos demais estados do Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul apresentava

apenas 2), atualmente nota-se amplo predomínio de indivíduos vindos das regiões Sul/Sudeste. Reunidas, as regiões Norte (5), Nordeste (64) e Centro-Oeste (5) contabilizam hoje pouco mais de 1/5 dos membros do episcopado (74 de 328 com informações disponíveis), enquanto que as regiões Sudeste e Sul contam a expressiva parcela de 4/5 dos bispos brasileiros (254 de 328 com informações disponíveis), com predomínio de paulistas (69), mineiros (68), gaúchos (52) e catarinenses (32).

Quadro 3

Distribuição do episcopado pelo ano, região e estado de nascimento

REGIÃO/ ESTADO	1914-24	1925-34	1935-44	1945-54	1955-64	Total/ Estado (%)	Total Região (%)	
Norte	AM	-	1	2	-	-	3	5 (1,52%)
	PA	-	-	-	-	1	1	
	TO	-	-	-	-	-	1	
Nordeste	PE	1	6	-	4	2	13	64 (19,51%)
	BA	-	2	1	6	2	11	
	CE	2	4	2	-	1	9	
	AL	2	1	3	-	1	7	
	RN	1	2	1	2	1	7	
	SE	-	1	-	-	5	6	
	MA	-	2	-	1	1	4	
	PI	-	2	-	1	1	4	
	PB	1	-	1	1	-	3	
Centro- Oeste	GO	1	2	-	-	1	4	5 (1,52%)
	MT	-	1	-	-	-	1	
Sudeste	SP	3	18	15	22	11	69	156 (47,46%)
	MG	7	19	20	10	12	68	
	RJ	1	4	2	4	3	17	
	ES	-	1	2	2	-	5	
Sul	RS	1	16	15	17	3	52	98 (29,87%)
	SC	2	8	9	13	-	32	
	PR	-	5	2	4	3	14	
Total conhecido	22(6,70%)	95(28,96%)	75(22,86%)	88(26,82%)	48(14,63%)	328		

Fonte: CNBB, 2009.

Esta distribuição bastante desigual reflete o processo histórico de deslocamento dos centros de decisão política, econômica e institucionais do Brasil do nordeste para o centro-sul, o qual vinha operando-se desde meados do século XIX só se completa com o deslocamento do centro de poder nacional da Igreja no fim dos

anos 20 e início dos anos 30 do século passado⁵. Coincidentemente ou não, fato é que esse predomínio no recrutamento da população construída se expressa de forma mais evidente a partir desse mesmo período, mantendo-se superior em quaisquer dos critérios de divisão do grupo dirigente em pauta.

5. Na perspectiva de Della Cava (1975), a consolidação de uma burocracia única e centralizada sob a batuta do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1842) parece ter demarcado o fim da predominância da aristocracia fundiária na hierarquia eclesiástica inaugurando a mobilização efetiva dos leigos de classe média e afirmado a operacionalização do catolicismo universal (europeu) para a Igreja, o clero e o laicato brasileiros.

Mais do que isso, o predomínio de indivíduos originários das principais circunscrições religiosas em termos de estrutura institucional e de contingente profissional (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) sugere também a existência de um acesso muito desigual aos “centros de excelência” mais disputados da Igreja católica. Tudo leva a crer que tal desequilíbrio nas condições de reprodução dos dirigentes administrativos e intelectuais da Igreja brasileira reforce a estrutura de suas relações de força, centrada em forte hegemonia dos estados acima mencionados, a qual pode ser apreendida, entre outros, na distribuição dos principais cargos da CNBB, na exposição aos grandes meios de comunicação e no uso da palavra autorizada pela instituição. A rigor, estas distinções parecem demarcar um princípio de hierarquização social do espaço geográfico que guarda correspondências com as desigualdades regionais e demarca as relações de centro e periferia no interior do episcopado.

Em comum com a alta hierarquia eclesial de outrora, o exame das origens geográficas sugere ainda uma associação significativa entre a reprodução do corpo clerical e o universo rural e de pequenos municípios. Entre os 328 casos analisados de preladados brasileiros, apenas 25 (7,62% de 328 com informações disponíveis) nasceram em capitais: São Paulo (9); Rio de Janeiro (8); Aracaju (3); Belo Horizonte (1); Boa Vista (1); Maceió (1); Manaus (1); Recife (1). Quanto aos demais, sua maioria absoluta era originária de cidades do interior dos estados. Embora o mero fato de nascer em cidades do interior não indique necessariamente uma origem rural, as informações detalhadas disponíveis sobre o episcopado gaúcho e mineiro mostram origens geográficas fortemente rurais (SEIDL, 2003).

Entre os 443 preladados, a alta frequência daqueles que tiveram passagem em sua fase de escolarização básica (1º e 2º graus) pelo sistema escolar da Igreja pode ser visualizada através do número dos que informaram ter estudado em seminários menos, maiores, ou em ambos. Nada menos que 46,04% (204 de 443 com informações disponíveis) apresentam tal passagem em seu trajeto escolar. O restante encontra-se dividido entre os que não apresentaram informações detalhadas a esse respeito (sem informações) e os que não detalharam o tipo de instituição, se pública, privada, privada católica, técnica etc.

Entre outros fatores, o contingente expressivo de agentes que foram beneficiários de serviços educacionais prestados pela instituição católica, em sua fase de escolarização, resultou da política expansionista que marcou a atuação da igreja na primeira metade do século XX. Como se sabe, um dos fios condutores dessa política consistiu no investimento maciço em instituições de ensino (primárias, secundárias, femininas e/ou masculinas) destinadas às elites regionais, as quais também poderiam abrigar agentes que encontrariam nas escolas da Igreja alternativas mais seguras frente a ausência de perspectivas atreladas a uma origem social modesta. Para estes, face às baixas probabilidades de mobilidade social determinadas por uma escassez de trunfos escolares importantes e pela estrutura escolar deficitária dessas zonas, os seminários e casas de formação da Igreja não somente contrapunham chances palpáveis de acesso a uma cultura distintiva (não muito distante daquela fornecida a frações dos grupos dirigentes), como também possibilidades de ascender a posições de destaque dentro de um espaço cujos postos estavam em franco processo de expansão. Assim, diversos desses religiosos davam início ao longo processo de formação escolar e de

iniciação na vida eclesial, contexto em que, avaliados sob a dupla ótica das competências religiosas e escolares, eram objetos e artífices de uma filtragem decisiva sobre o seu futuro profissional.

Partindo para o exame específico de outros indicadores, nota-se que ao lado do longo percurso escolar de exposição às re-

gras, costumes e valores da instituição que, entre outros, caracterizaria a opção pela carreira clerical (MICELI, 1988), o exame geral das médias de ordenação sacerdotal e episcopal, bem como entre uma e outra, revela um tendência ao recrutamento mais “tardio”. É o que se nota a partir do exame dos gráficos 1, 2 e 3, expostos a seguir.

Gráfico 1

Média de ordenação sacerdotal

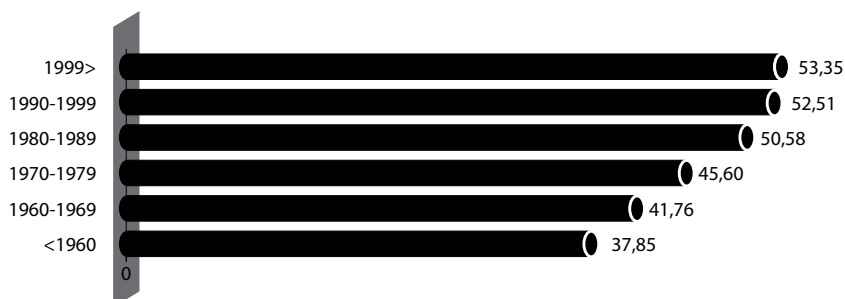


Fonte: CNBB, 2009.

Obs: <1960 (129 casos); 1960-1969 (122); 1970-1979 (108); 1980-1989 (68); 1990-1999 (16)

Gráfico 2

Média de ordenação episcopal

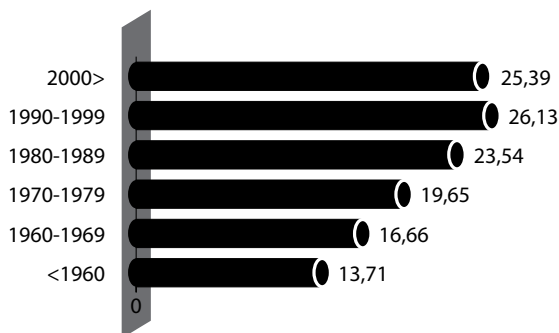


Fonte: CNBB, 2009.

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999> (155).

Gráfico 3

Média entre ordenação sacerdotal e episcopal



Fonte: CNBB, 2009.

Obs: <1960 (7 casos); 1960-1969 (21); 1970-1979 (75); 1980-1989 (87); 1990-1999 (98); 1999> (155).

No geral, todas as médias apresentam a mesma tendência de crescimento. Verifica-se, no entanto, que em relação à média de ordenação sacerdotal, parece haver um aumento considerável no contexto do papado de João Paulo II (1978-2005), quando a média salta dos 25-26 anos para 29 e finalmente para 33. No que tange à ordenação episcopal, nota-se um aumento contínuo, em torno de 5 anos, nas médias da décadas de 1960/70, apresentando taxa de crescimento semelhante em 80, quando então estaciona entre 50-55 anos nas décadas seguintes. O mesmo pode ser dito quanto ao tempo entre a ordenação sacerdotal e episcopal: enquanto entre os sete bispos ordenados antes da década de 60, a média era relativamente curta (13 anos), ao passar das décadas ela foi sendo ampliada em torno de 3 anos até alcançar o topo das médias (26) na década de 90, quando o índice cai para 25 anos no início deste século.

É possível que a aposta da instituição em sacerdotes mais velhos e em sua sagração como bispos depois de um período de experiência mais extenso derive de uma maior

“prudência” na escolha de agentes “comprometidos” com a instituição, buscando evitar os riscos de perda e abandono causados por eventuais interrupções de projetos sacerdotais e, de maneira geral, frente à questão da “crise do sacerdócio” e de “vocações”, particularmente evidentes no contexto pós-conciliar. Essa tendência parece também estar associada a toda uma “política de recentramento na esfera governamental” que, com a ascensão de Karol Wojtyla ao pontificado, pautou-se pela nomeação de um episcopado mais “conservador” (PORTIER, 2010, p. 19). Em todo caso, esse efeito não deixou de ser sentido entre os bispos nascidos no Brasil que detêm os títulos mais internacionalizados, afinal, a partir da década de 1980, a Igreja deixa de enviar seminaristas ao exterior e passa a limitar tal modalidade de estudos a sacerdotes já sagrados e mais velhos, em busca de recursos escolares através de cursos de especialização, como discutido na próxima seção.

Ainda que as informações prestadas pelos prelados não se apresentem de forma homogênea quanto às diferentes atividades

exercidas antes do episcopado, procurou-se verificar quais, entre os 443 casos examinados, passaram a) por funções de administração pastoral direta (pároco, vigário, cura,

capelão); b) aqueles que exerceram funções docentes e/ou c) passaram por funções de reitoria ou direção de seminários, faculdades católicas ou profanas.

Quadro 4

Exercício de funções de administração pastoral direta

Passagem por uma paróquia antes do Episcopado	< 1960	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000 >	Total	
							Nº	%
Menos de 5 anos	-	4	11	4	4	19	42	9,6
5 a 9 anos	2	7	10	6	8	19	52	11,7
10 anos ou mais	4	4	24	15	30	56	133	30
Sim, sem detalhes dos anos	1	1	10	41	38	41	132	29,7
Jamais	-	5	20	19	14	17	75	16,9
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: CNBB, 2009.

Quadro 5

Exercício da função docente

Exercício da função de docente	<1960	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000 >	Total	
							Nº	%
Sim	5	14	45	39	47	77	227	51,24
Não	2	7	30	46	47	75	207	46,72
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2,04
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: CNBB, 2009.

Quadro 6

Reitoria de seminários, faculdades católicas e/ou profanas

Passagem por função de reitoria seminário faculdade católica ou profana	<1960	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000 >	Total	
							Nº	%
Sim	1	7	22	30	48	71	179	40
Não	6	14	53	55	46	81	255	57,56
Sem informações	-	-	-	2	4	3	9	2,04
Total	7	21	75	87	98	155	443	100

Fonte: CNBB, 2009.

No que tange ao exame dos cargos que os prelados informam em sua descrição profissional antes do episcopado, importa salientar aqui dois aspectos. Em primeiro lugar, conforme se pode notar no Quadro IV, a grande maioria desses agentes informa alguma passagem por funções de administração direta, sendo mais restrito o número daqueles que não enumeram tal percurso (75 entre 443) ou que o realizaram de forma bastante breve (42 com menos de 5 anos). Entre aqueles, as categorias que apresentam maior crescimento ao longo do período dão conta de que: 30% (133) permaneceram “10 ou mais anos”; 29,7% (132) informam passagem sem detalhar os anos; 11,7% (52) enumera experiências em torno de “5 a 9 anos” e 9,4% (42) com “menos de 5”.

O segundo aspecto mais geral reside na expressividade dos trajetos centrados no exercício de funções relacionadas ao ensino, bem como de administração do clero, o qual pode ser visualizado a partir do exame dos Quadros V e VI. Quanto às funções docentes, nada menos que 51,24% (227 de 443) informam ter assumidos funções de professor, frequentemente exibindo também na descrição de suas experiências profissionais funções de caráter não pastoral como assistente espiritual, coordenador diocesano, etc. Vários dentre eles, inclusive, além das funções de docente, enfatizam em seu *curriculum* o exercício de funções de reitoria e/ou direção de seminários, faculdades católicas ou profanas (179 entre 443), conforme se pode verificar no quadro VI.

Desse modo, ao longo do período e com maior ênfase a partir da década de 70, o perfil da população recortada indica que a passagem por cargos de direção e ensino em seminários, faculdades ou institutos (somados aos agentes que exerceram funções de proeminência na administração de ordens, con-

gregações religiosas e organismos fora do país), fortalece-se como uma das principais etapas de treinamento antecedendo a ascensão desses sacerdotes ao episcopado. Em que pese muitos desses bispos terem passado por pelo menos um cargo paroquiano, é expressivo o quantitativo de agentes que receberam sua nomeação episcopal no exercício dessas funções - o que sugere que o exercício das mesmas vai ao encontro do acúmulo de recursos e das disposições exigidas e apreciáveis às tarefas dominantes no interior da organização.

Esse ponto de vista precisa ser matizado, no entanto. Se a indicação geral de atividades de ensino e gestão oferece uma noção do tipo de *cursus* valorizado na seleção do corpo episcopal, deve-se levar em conta que as variações na posição de cada instituição em que se insere o respectivo cargo (paroquiano em dioceses centrais ou em periféricas; professor ou reitor de instituições provincianas ou de seminários, institutos e faculdades centrais) possuem efeitos que não são idênticos. Da mesma forma, não se pode excluir o peso do capital social resultante, entre outros, dos contatos mais prolongados com religiosos em posição central nos círculos hierárquicos, o que permite acumular certo capital de relações pessoais importantes no rumo das designações de função, bem como na avaliação das oportunidades e conhecimento dos mecanismos que regem os destinos sacerdotais.

3 Perfil de estudos dos bispos nascidos no Brasil

Quanto ao exame da imposição de competências culturais associadas à circulação internacional na formação do corpo religioso episcopal, a alternativa de análise consistiu, primeiramente, em concentrar-se apenas sobre os bispos nascidos no Brasil (328 de 443 com informações disponíveis)

e, dentre estes, dividir a população entre os que realizaram cursos no exterior e os demais. Deixa-se para outro momento a discussão dessa temática em relação aos bispos nascidos no estrangeiro. Dessa forma, foram privilegiadas informações relativas ao país de destino, titulação obtida, área de estudos e sua distribuição com base em outros princípios de hierarquização, dentre os quais a posição de origem na hierarquia social do espaço geográfico, ou nas relações centro-periferia (postos dominantes e dominados no universo episcopal).

Numa perspectiva mais geral, a exposição que segue demonstra que a passagem por Roma (e em muitíssimo menor escala, por outros países centrais) ainda persiste como recurso chave no acesso às posições de comando no seio do espaço episcopal, habilitando os seus detentores às disputas por posições de comando e de maior prestígio social. Ajustando-se às tentativas e necessidades institucionais de promover uma formação bastante homogênea e afinada de seus altos representantes, a concentração predominante da Itália como destino de estudos, permite ver que as frequentes manifestações de “unidade” e “família” que tanto apetezem ao alto escalão desse grupo de representação não deixam de ter afinidades com o treinamento tendencialmente homogêneo que recebem seus portavozes mais destacados.

Convém salientar ainda que a cartografia bastante restrita dos países de destino daqueles que obtiveram títulos no exterior entre os membros do episcopado denota também uma particularidade do tipo de circulação internacional realizada por esse grupo, em comparação àquele que tem se afirmado/mantido entre outras elites. Enquanto que em outros grupos dirigentes, esse fluxo encontra-se mais dependente da posse de recursos sociais, econômicos e culturais da

família dos agentes considerados (tendendo a diversificar-se ainda conforme as áreas de saber e as posições detidas pelos países e instituições de destino no mercado transnacional), é a instituição católica a principal e quase exclusiva patrocinadora dos estudos realizados pelos seus representantes.

Nessas condições, há motivos para argumentar que as chances de realizar estudos no exterior, mediadas pela instituição, ainda que nunca tenham sido equitativamente distribuídas, desde longas datas conferem um grau de abertura para agentes de origem social modesta em uma escala pouco comum ao comparado com outras elites. Historicamente, como aponta Garcia Jr. (2005, p. 521), se até o fim da Segunda Guerra Mundial os estudos superiores no exterior eram monopólio virtual das grandes famílias brasileiras – grandes proprietários de terras, grandes comerciantes do comércio exterior, grandes políticos ou altos funcionários –, as exceções eram justamente os membros do clero católico, dado que os candidatos aos postos do alto clero eram enviados a Roma à custa da Igreja.

Realizadas essas observações, passemos à descrição dos principais resultados da análise, expostos a seguir. No que concerne aos níveis mais básicos de formação (filosofia e teologia), predominam numericamente aqueles que estudaram no Brasil – 97,86% em filosofia (301 de 443) e 81,09% em teologia (266 de 328). A principal variação no quadro apresentado fica por conta daqueles que obtiveram formação em teologia no exterior (62), quando comparados aos de filosofia (27). Em todos os critérios de divisão por região de origem predominam aqueles oriundos do Sul e Sudeste, seja para estudos no Brasil ou exterior. O país mais escolhido como destino de estudos entre todos aqueles que tiveram passagem pelo exterior nessa fase é a Itália (84,26%).

Quadro 7**Lugar de realização dos estudos em Filosofia e Teologia**

CURSO	Lugar de realização		Distribuição por região	Total
FILOSOFIA	Brasil	301	SE (148); S (84); NE (60); CO (5); N (4)	328
	Exterior	27	S (14); SE (8); NE (4); N (1)	
TEOLOGIA	Brasil	266	SE(131); S (76); NE(53); CO (4); N (2)	328
	Exterior	62	SE (25); S (22); NE (11); N (3); CO (1)	

Fonte: CNBB, 2009.

Quadro 8**Destino mais frequente para realização dos estudos de Filosofia e Teologia**

CURSO	REGIÃO	PAÍS	TOTAL
FILOSOFIA	Norte	Eua (1)	27
	Nordeste	Itália (4)	
	Sul	Itália (12); Argentina (1); França (1)	
	Sudeste	Itália (6); Canadá (1); Chile (1)	
TEOLOGIA	Norte	Itália (2); Eua (1)	62
	Nordeste	Itália (11)	
	Centro-oeste	França (1)	
	Sul	Itália (20); Argentina (1); França (1)	
	Sudeste	Itália (20); Canadá (1); Chile (1); Espanha (1); França (1); Eua (1)	

Fonte: CNBB, 2009.

A análise que segue se concentra sobre as informações presentes no banco de dados da CNBB nos campos “especialização” e “outros cursos”. Salienta-se novamente o caráter não homogêneo das informações preenchidas afetou a precisão da divisão da população, especialmente no que tange aos títulos mais baixos (os quais requisitarão cruzamentos com outras fontes em trabalhos vindouros). O tratamento dos dados consistiu na divisão da população entre aqueles que informaram um ou vários cursos pós-ordenação (261) e aqueles que não (67). De acordo com as informações prestadas nos currículos, e tendo em vista o maior título obtido, aqueles foram distribuídos então atentando para as seguintes modalidades de curso: “Doutorado”; “Mestrado”; “Especialização” - quando mencionado pós-graduação ou especialização; “Graduação/Licenciatura e ou Bacharelado” e “Cursos em especificação” (os quais englobam desde os de curta duração até aqueles aos quais não fora informado o grau da titulação).

Em termos absolutos, contabilizados todos os cursos informados pelos prelados, organizados conforme a classificação destacada acima, e independentemente de terem sido realizados por um mesmo agente, os dados evidenciam um alto grau de internacionalização da elite em pauta: observa-se que a maior parte dos estudos foram realizados no exterior - 53,76% (186 de 346 com informações disponíveis), frente àqueles realizado no Brasil (46,24% de 346). Esse caráter majoritário, entretanto, não se expressa de forma homogênea conforme as diferentes modalidades de curso, uma vez que a incidência dos estudos no exterior tende

a se concentrar nos níveis de qualificação mais altos, invertendo-se nos mais baixos (exceção feita à última modalidade, dada a sua heterogeneidade).

Nos níveis de titulação mais altos, as frequências respectivas de realização de estudos no exterior são as seguintes: 80,9% entre doutores; 73,6% entre mestres e 71,4% entre especialistas. Contrastando essa tendência, especialmente os cursos de “licenciatura e ou bacharelado” e de forma menos expressiva os “cursos sem especificação” já apresentam uma tendência inversa, com realização de estudos preponderantemente no Brasil.

Em relação aos países mais procurados para realização de estudos no exterior, em uma perspectiva mais geral, a análise do quadro a seguir evidencia que a cartografia dos países de destino é quase que exclusivamente dominada pela Itália, seguido à distância pela França, Estados Unidos e demais nações. Ao contabilizarem-se os casos de agentes que tenham realizado estudos em uma mesma modalidade de formação e em países diferentes (trata-se dos casos em que é mencionado mais de um país), observa-se que enquanto a passagem pela Itália chega à expressiva quantidade de 163 ocorrências, o país de destino mais próximo numericamente, a França, apresenta apenas 11. Por outro lado, o exame do quadro também aponta que o acesso a esses centros de excelência encontra-se desigualmente distribuído, demarcando fortes distinções por Estado e Região. Como em todo o resto, as regiões Sul e Sudeste (especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) predominam sobre as demais regiões.

Quadro 9

Distribuição por País de formação, Estado e Região de origem

MODALIDADE FORMAÇÃO	PAÍSES	ESTADO	REGIÃO
Doutorado (38)	Itália (34); França (2); Espanha (1); Alemanha (1) PI (1); PR (1); RN (1); SE (1)	SP (10); RS (6); SC (6); MG (5); BA (2); PE (2); RJ (2); CE (1); Nordeste (8)	Sudeste (17); Sul (13);
Mestrado (53)	Itália (49); França (3); Eua (1)	RS (10); SP (10); MG (7); PR (4); SC (4); BA (3); PB (2); PE (2); PI (2); RJ (2); AL (1); AM (1); ES (1); GO (1); MA (1); PA (1); RN (1).	Sudeste (20); Sul (18); Nordeste (12); Norte (2); Centro-Oeste (1)
Especialização (10)	Itália (8); Eua (1); México (1)	SP (3); MG (2); RS (2); ES (1); PR (1); RJ (1)	Sudeste (7); Sul (3)
Graduação/ Licenciatura e/ ou Bacharelado (27)	Itália (20); França (5) Eua (2);	MG (6); SP (5); RS (4); SC (4); AM (2); AL (1); BA (1); PE (1); PR (1); RJ (1); SE (1)	Sudeste (12); Sul (9); Nordeste (4); Norte (1)
Curso sem especificação (58)	Itália (47); Itália e Jerusalém (2); Bélgica (1); Canadá (1); Equador (1); Montevideu (1); Suíça (1); Venezuela (1); Itália e França (1); Itália e Peru (1); Não informado (1)	MG (11); RS (10); SC (10); SP (8) PE (5); RN (4); CE (3); RJ (3); PR (2); AL (1); AM (1)	Sudeste (22); Sul (22); Nordeste (13); Norte (1)

Fonte: CNBB, 2009.

Com efeito, em um organismo que assume desde longa data um caráter internacional, entende-se que essa forte discrepância denota não apenas a sua evidente associação com a concentração dominante dos centros de excelência religiosos na Itália, mas principalmente um efeito histórico específico da imposição hegemônica do centro da ortodoxia eclesial como locus de exportação legitimada de tecnologias e modelos institucionais. Essa concentração dos centros de excelência, por sua vez, trabalha então para estabelecer e reproduzir os padrões que estabelecem fronteiras entre os que possuem tais títulos, numericamen-

te mais restritos, e os que não possuem tais recursos, ajustando-se em maior ou menor grau à estrutura de distribuição de poder em âmbito nacional.

Procurou-se saber ainda como essa população encontrava-se distribuída de acordo com o critério do maior título alcançado e conforme os temas e áreas de estudo predominantes no Brasil e no exterior. A estratégia para agrupamento das informações consistiu primeiramente em contabilizá-las do maior ao menor título de forma excludente; dessa forma, por exemplo, os cursos de mestrado só foram contados quando o agente em questão não realizou posteriormente o

curso de doutorado, e assim sucessivamente. Dessa forma, conforme a modalidade de curso, essa população (261 casos) encontra-se distribuída respectivamente nos seguintes percentuais: 47 (18% de 261 com informações disponíveis) fizeram doutorado; 50 cursaram mestrado (19,2% de 261); 16 obtiveram especialização (6,1% de 261); 54 fizeram graduação (20,7%) e 94 a cursos que não foram especificados (36%).

Correlativamente, verifica-se também uma grande diversidade de temas e áreas de estudo. Em um plano mais geral, distinguem-se dois pólos no que tange a esse quesito. De um lado, nos níveis de doutorado e mestrado e, predominantemente, entre aqueles que obtiveram formação no exterior, há uma tendência a prevalecer as áreas de formação propriamente religiosas e serem menos comuns as incidências e combinações com cursos em áreas profanas. Entre aqueles, por exemplo, nota-se que as “disciplinas” dominantes são “teologia” (agregando dogmática, moral, pastoral), “direito canônico”, pastoral e espiritualidade, e na área profana destacam-se os cursos de filosofia, Pedagogia, Educação, Ciências Sociais e Letras. Em outro pólo, composto pelas qualificações obtidas no Brasil e particularmente nas últimas três modalidades construídas, observa-se uma incidência bem maior e diversificada de cursos profanos e da combinação entre formações diversas.

Em suma, todos os aspectos até agora mencionados permitem indicar que não é qualquer agente e tampouco qualquer tipo de passagem ou estudos no exterior que está em condições de servir como recurso para acesso às posições dominantes no interior dessa estrutura de poder. A comparação cronológica dos temas e títulos adquiridos pelos futuros prelados faz perceber, na realidade, que mesmo face à valo-

rização na ascensão profissional de novos títulos acadêmicos e áreas de saber, a ocupação dos postos de maior visibilidade nacional (direção da CNBB nacional, liderança dos principais núcleos hierárquicos no país) ainda permanece apanágio de um número bastante restrito de prelados que exibem um “itinerário de herdeiro” combinado com um “habitus internacional” (XAVIER DE BRITO, 2004).

4 O altíssimo clero: a direção da CNBB

Se contarmos apenas seus presidentes e secretários-gerais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da Igreja brasileira, foi dirigida por não mais do que 16 homens ao longo de quase seis décadas de existência. Dado impressionante para uma instituição que se declara democrática e utiliza voto secreto para escolher seus dirigentes em assembleia a cada quatro anos. Baixa circulação de nomes, portanto, pois três bispos secretários-gerais também vieram a assumir, em seguida, a presidência. Assim sendo, apenas esses três nomes estiveram na secretaria-geral da Conferência por 19 anos e, na presidência, por 24 anos! A saber, dois gaúchos e primos entre si, D. Aloísio Lorscheider e D. José Ivo Lorscheider, e o mineiro D. Luciano Mendes de Almeida. Considerando, ainda, que o primeiro secretário-geral, do órgão, D. Hélder Câmara, permaneceu no cargo por 12 anos sem interrupção, percebemos que durante mais de três décadas a CNBB teve em seu posto-chave somente quatro bispos.

Se é evidente que o episcopado brasileiro reserva a pouquíssimos seus postos de maior poder, tudo indica que as qualidades encaradas como necessárias à execução das tarefas de alto comando também não estejam ao alcance de qualquer bispo. Já de iní-

cio, estar lotado em alguma diocese central aparece como requisito importante para acúmulo de crédito frente ao conjunto do episcopado. A concentração de religiosos oriundos de dioceses e arquidioceses de grandes capitais indica o peso desigual da Igreja dentro do país. Mais da metade dos dirigentes da CNBB ocupava postos nas arquidioceses de São Paulo (6) e do Rio de Janeiro (3) quando eleitos à cúpula da Igreja. Dois trabalhavam em Salvador (BA), mais antiga diocese do país (primaz), um atuava em Brasília, sede da CNBB desde 1977 e outro em Porto Alegre (RS). Ainda um bispo encontrava-se na importante diocese mineira de Mariana e dois outros vinham de dioceses sem maior expressão do interior do Rio Grande do Sul (Santo Ângelo e Pelotas). Pode-se, assim, fazer a hipótese de que, embora importante, a centralidade da diocese não seja suficiente para explicar o reconhecimento de seus bispos.

É interessante notar que quase todos (oito de nove) religiosos que ocuparam o posto de secretário-geral da CNBB foram nomeados inicialmente bispos-auxiliares e encontravam-se nessa condição quando levados à secretaria. O bispo auxiliar não possui direito à sucessão do bispo diocesano a quem auxilia. Somente arquidioceses contam com bispos auxiliares e esse tipo de nomeação costuma servir como período de experiência ao recém-bispo, o qual é preparado para assumir o comando de outra circunscrição (às vezes, recém-criada), dentro ou fora do estado em que atua. A rigor, cabem aos bispos auxiliares tarefas variadas – administração, direção da ação pastoral, exercício do poder judiciário – de gestão da cúria diocesana na condição de vigários-gerais. Têm a oportunidade, assim, de adquirir treinamento, já como bispos, em atividades bastante diversificadas de organiza-

ção cotidiana de dioceses complexas e, ao mesmo tempo, são expostos com maior intensidade aos mecanismos próprios do alto poder eclesiástico e aos padrões de exercício do cargo.

O relativamente pouco tempo na função de bispo indica que é muito menos a experiência episcopal em si do que o percurso progresso (o passado pré-episcopal) de um bispo que o gabarita objetivamente ao comando do secretariado-geral. Diferentemente do que ocorre com os presidentes da CNBB, o tempo médio decorrido entre a nomeação episcopal e a eleição ao cargo de secretário-geral é de cerca de cinco anos – com casos extremos de bispos com apenas alguns meses de episcopado e com 12 anos na função. Essa característica permanece inalterada desde a criação da Conferência. Os dois últimos secretários, incluindo o atual, contavam respectivamente um e quatro anos de episcopado quando eleitos.

Para uma compreensão mais precisa dos atributos que credenciam os futuros líderes da CNBB é necessário, contudo, associar os elementos mencionados com o conjunto de competências culturais e com o capital religioso adquirido em itinerários profissionais que variam de 11 anos (caso de D. Hélder Câmara, sagrado bispo apenas meses antes da criação da Conferência e indicado ao posto) a 45 anos. Ou seja, de todo percurso entre a ordenação sacerdotal e a eleição para dirigir a cúpula da Igreja. A média de idade dos religiosos eleitos secretários-gerais até o presente é 49 anos. Até meados da década de 1980, era 44 anos. Isto é, indivíduos com não muitos anos de experiência episcopal, apesar de longos percursos como sacerdotes. No caso dos presidentes, a média de idade é bem mais elevada, 59 anos. Metade dos presidentes chegou ao posto acima dos 60 anos de idade.

O exame dos percursos escolar e de carreira dos dirigentes católicos indica forte predomínio de religiosos ligados ao polo mais intelectual do episcopado. Com ascensão rápida na carreira, encontram-se, em sua grande maioria, entre o grupo de bispos que realizaram estudos precocemente no exterior e não raro foram ordenados padres fora do país, obtiveram doutorado e retornaram ao Brasil para servir em seminários ou faculdades em postos de ensino, orientação espiritual e direção, antes de receberem nomeação como bispos e assumirem, assim, o comando de dioceses pelo país.

A circulação pelo exterior para estudar é especialmente marcante entre os bispos secretários-gerais da CNBB. Apenas o primeiro secretário da Conferência (1952-1964), D. Hélder Câmara (1909-1999), não realizou estudos fora do país. Entre os presidentes, somente os dois primeiros não contam estudos no exterior.

O exame do conjunto de bispos membros da diretoria da CNBB (presidente, vice-presidente e secretário-geral) revela que, até o presente, pelo menos dois terços tiveram passagem de estudos pelo exterior antes de alcançar o episcopado, segundo informações disponíveis. No entanto, tomando em conta apenas os dirigentes do período posterior ao ano de 1964, percebe-se concentração ainda maior de indivíduos com experiências escolares fora do país; ou seja, de 21 bispos, 18 circularam internacionalmente na condição de estudante. Dentre esses, encontra-se D. Agnelo Rossi, futuro arcebispo e cardeal de São Paulo, enviado a Roma em 1933, aos 20 anos de idade, para estudar teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Instalado inicialmente no Colégio Pio Latino-americano, em 1934 compõe o grupo de 33 alunos que inaugura o Pio Brasileiro, onde recebe a matrícula de n. 1. Nessa mes-

ma estada em Roma, o então seminarista especializa-se em “protestantismo na América Latina”, também pela PUG; dez anos mais tarde, conclui nova especialização, dessa vez na Argentina, em temática ligada a uma de suas principais frentes de atuação, a “Ação Católica”. Já na condição de bispo de Barra do Pirai (RJ), D. Agnelo ainda realiza curso de especialização em “catequese” na universidade texana de San Antonio.

Do atual grupo de religiosos à testa da CNBB (2007-2011), todos apresentam estudos em grandes centros mundiais em seus currículos. Como grande parte dos bispos dirigentes, o atual presidente da conferência, D. Geraldo Lyrio Rocha, após terminar a filosofia em Belo Horizonte, teve longa estada em Roma para graduar-se em teologia (Pontifícia Universidade Gregoriana), realizar mestrado em filosofia (Universidade Santo Tomás de Aquino) e finalmente especializar-se em liturgia (Pontifício Instituto Santo Anselmo). Seu vice, D. Luiz Soares Vieira, também teve percurso semelhante, embora menos longo e menos rentável em termos de diplomas. Após conclusão da filosofia no Seminário Central de São Paulo, vai a Roma para seguir formação em teologia na PUG, durante cuja estada é ordenado sacerdote.

Por fim, tem-se um caso atípico de carreira sacerdotal bem sucedida ao se examinar o itinerário do membro de maior poder efetivo na instituição, o secretário-geral, - caso que talvez indique do modo mais claro os rumos da recomposição do alto clero no Brasil. Nascido no interior de Minas, antes de iniciar a formação religiosa obteve titulação em Engenharia Eletrônica pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, cidade em que atuou como engenheiro no Instituto de Atividades Espaciais e na Ericsson do Brasil. Seu

ingresso no sistema escolar da Igreja dá-se, portanto, após aquisição de um dos diplomas superiores mais valorizados do país e de experiências profissionais em um centro de excelência tecnológica e em uma empresa multinacional do ramo. Assim, depois de cumprido o percurso básico de estudos de filosofia e teologia, somente aos 32 anos de idade é ordenado padre e pouco tempo mais tarde tem a chance de estudar no exterior ao ser enviado para obter doutorado em teologia sistemática pela Universidade Gregoriana de Roma. Credenciava-se, indiscutivelmente, aos mais altos postos da Igreja. Aos 47 anos, 15 deles como profissional da religião, é nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, elege-se secretário-geral da CNBB.

Relativamente jovens (entre 43 e 54 anos de idade), alta titulação escolar e estudos no exterior, com menores responsabilidades sobre uma diocese e poucos anos de experiência como bispos, porém já familiarizados com encargos importantes e próximos a dirigentes experientes e notabilizados: tais as características dos religiosos que têm sido designados para assumir a frente de um órgão institucional extremamente ativo e falar e negociar em nome de um dos grupos socialmente mais reconhecidos no Brasil.

6 Conclusões: estudos na mesa e caminhos para o episcopado

Numa perspectiva mais ampla sobre o conjunto dos níveis de análise e indicadores envolvidos nesta pesquisa, ao se examinar a relação entre os recursos escolares internacionalizados e os princípios de estruturação do episcopado nacional, os resultados obtidos têm viabilizado a distinção entre duas principais polarizações a presidir a distribuição relacional de poder no seio daquele espaço.

De um lado, um polo ao qual se atrelam itinerários associados ao exercício de funções mais intelectualizadas e de alta administração, tais como reitor de seminário, diretor de faculdade, professor, superior provincial, administrador de ordens e congregações, passagem por altos cargos da CNBB regional e nacional, incluindo postos fora do país e assessorias especializadas. Composto pelos agentes melhor dotados de títulos escolares resultantes de estadias de longa duração (meses ou anos) no exterior ou, em menor escala, frutos de uma migração mais precoce para os centros de excelência em formação religiosa no Brasil, suas áreas de estudo concentram-se predominantemente em temas religiosos (teologia, espiritualidade, pastoral, história eclesial, catequese). Com menor envolvimento (ou apenas passageiro) em funções paroquiais, também entre eles encontram-se aqueles que, uma vez sagrados bispos, tendem mais rapidamente a serem indicados para dioceses e arquidioceses de grandes capitais (especialmente próximas dos círculos hierárquicos geograficamente centrais) ou delegados, com maior frequência, para integrar e/ou coordenar comissões e organismos importantes dentro e fora do país (CNBB, CELAM, Cáritas nacional e internacional, conselhos pontifícios), onde têm oportunidade de concentrar um forte capital de relações pessoais importantes. Nesse pólo também estão os que mais escrevem livros e/ou publicam artigos e os mais propensos a realizar manifestações públicas em nome da hierarquia a respeito de temáticas não necessariamente enquadradas em assuntos consagrados de espiritualidade.

Em outro polo, numericamente superior na população dos prelados nascidos no Brasil, encontram-se os percursos predominantemente pautados pela ocupação de

cargos de gestão de bens religiosos e administração pastoral ordinária. Abrigando os futuros prelados menos privilegiados em termos escolares, que apresentam os títulos de especialização de menor prestígio, raramente contam com especializações importantes e experiências institucionais de relevo no exterior (quando muito, dispõem de passagens de curta duração – em geral cursos de aperfeiçoamento). Formados predominantemente nas regiões de onde são originários, são os que demoram mais tempo entre a ordenação sacerdotal e episcopal (o que explica em alguns casos o rol extenso de atividades exercidas que exibem), período em que podem adquirir novos títulos escolares, realizando combinações mais peculiares e diversificadas entre os temas e áreas de estudos profanos e religiosos. À semelhança de suas funções como sacerdotes, após a ascensão ao episcopado, esses religiosos são mais facilmente engajados em tarefas de expansão e manutenção institucional de suas dioceses periféricas, podendo exercer cargos nos níveis regionais e, em muitos casos, é somente na condição de bispos que obtêm sua primeira experiência internacional. Concentrando os agentes menos dotados de um forte capital de relações pessoais, seus itinerários, em geral mais áridos, realizam-se mediante um conjunto de etapas trabalhosas que permitem a aquisição lenta e progressiva de recursos culturais e simbólicos distintivos.

Obviamente, dada a pluralidade crescente de postos e as possibilidades de composição de percursos religiosos que conduzem ao episcopado, tais polarizações não delimitam carreiras homogêneas entre si, mas indicam regularidades que permitem observar elementos em comum. Frente a elas, deve-se compreender que os trunfos que separam os dominantes dos dominados, as car-

reiras de maior ou menor prestígio, resultam de uma combinação complexa e interdependente de propriedades, recursos e estratégias levadas a cada por cada agente sem que, para tanto, tenha pleno domínio dos mecanismos cujo domínio prático é condição do êxito. Por fim, outra observação importante, mas que não pôde ser suficientemente explorada aqui, diz respeito à diversificação das modalidades de combinação de títulos demonstrada pelo perfil dos estudos do episcopado. Esta indicação expressa o efeito produzido não somente pela ampliação e maior estruturação da oferta de estudos básicos de filosofia e teologia, mas também a forte expansão dos cursos de pós-graduação conhecida no Brasil a partir da década de 90 em todas as áreas, incluindo as religiosas.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Ernesto Seidl é graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), Universidade Federal de Sergipe.

Wheriston Neris é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe e membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana M. F. et al. **Circulação internacional e formação das elites brasileiras**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- ALMEIDA, Ana M. F.; NOGUEIRA, M. A. **A escolarização das elites: panorama internacional da pesquisa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUER, M.; BERTIN-MOUROT, B. La tyrannie du diplôme initial et la circulation des élites: la stabilité du modèle français. In: SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. (Dir.). **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découverte, 1997. p. 48-63.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'Etat: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. ; SAINT MARTIN, M. de. **La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nov., 1982.
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2009. Bispos e Dioceses. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/>>. Acesso em: nov. 2009.
- CORADINI, O. L. **Escolarização, militância e mecanismos de 'participação' política**. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- DELLA CAVA, R. **Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964**. In: **Novos Estudos – CEBRAP**, n.12, p. 5-52, 1975.
- GARCIA JR., A. **Circulation internationale et la formation d'une 'école de pensée' latino-américaine (1945-2000)**. **Information sur les Sciences Sociales**, v. 44, n. 2-3, p. 521-555, 2005.
- GARCIA JR., A.; CANEDO, L. B. **Les boursiers brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internationale**. **Cahiers sur le Brésil Contemporain**, n. 57/60, p.21-48, 2004/2005.
- GRILL, I. G. **'Família', Direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier**. **TOMO**, n. 10, p. 86-111, 2007.
- GRIGNON, C. **Sur les relations entre les transformations du champ religieux et les transformations de l'espace politique**. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 16, p. 3-34, 1977.
- GRÜN, R. **O MBA como um brevê de internacionalização e de modernidade profissional entre engenheiros**. In: ALMEIDA, Ana M. F. et al (Orgs.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Edit. Unicamp, p. 282-298, 2004.
- LOUREIRO, M. Rita. **L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil**. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 121, p. 42-51, 1998.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NERIS, W. Silva. **As bases sociais do recrutamento de elites eclesiásticas no**

Bispado do Maranhão (1850-1900). 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

PORTIER, Philippe. Pluralidade e unidade do catolicismo francês. **Revista de Estudos da Religião** – REVER, set. 2010.

SEIDL, E. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul.** 2003. 462 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2003.

_____. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, 2009.

_____. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à 'política' e ao 'social'. **Horizontes Antropológicos**, v.13, n. 27, Porto Alegre, 2007.

SULEIMAN, E. Les élites de l'administration et de la politique dans la France de la Ve. République: homogénéité, puissance, permanence. In: SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. (Dir.). **Le recrutement des élites en Europe.** Paris: La Découverte, 1997.

REIS, E. T. dos.; GRILL, I. G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **TOMO**, n. 13, 2008.

WAGNER, A. C. **Les nouvelles élites de la mondialisation: une immigration dorée en France.** Paris: PUF, 1998.

XAVIER DE BRITO, A. **Habitus de herdeiro, habitus escolar: os sentidos da internacionalização dos estudantes brasileiros no exterior.** In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. **Circulação internacional e formação das elites brasileiras.** Campinas: Editora Unicamp, 2004.

Recebido em: 04.04.11

Aprovado em: 08.06.11

